



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8011 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

**ENSINO REMOTO: DICOTOMIA ENTRE ACESSO E SEGREGAÇÃO**

Mônica Alves Sally - UFF - Universidade Federal Fluminense

Renata Araujo de Castro Fermam - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

### **ENSINO REMOTO: DICOTOMIA ENTRE ACESSO E SEGREGAÇÃO**

A pandemia da COVID-19, deflagrou uma crise sanitária, que desencadeou alterações nas dinâmicas econômicas e societárias, em escala mundial. Como medida paliativa ao contágio, a Organização Mundial de Saúde – OMS, através do Ministério da Saúde, orientou adotarmos o isolamento social, como procedimento inibidor à propagação do vírus. No que tange à educação, as orientações culminaram com suspensão das aulas presenciais e, desde então, diagnósticos internacionais e nacionais, apresentam dados dos impactos da pandemia na rotina escolar. Problemática que encontra ressonância na temática do seminário da Anped 2020, ao propor refletirmos sobre o “direito à vida, direito à educação em tempos de pandemia”.

Partindo da premissa dos referenciais teóricos, assim como pesquisas recentes sobre os impactos da pandemia na educação, este trabalho discorre sobre o sentido do acesso à escolarização nos tempos de pandemia e a alternativa de mitigar a distância física nos espaços de ensino, através do denominado ensino remoto.

Levantamento da UNESCO, apontou em junho de 2020, “que 258 milhões de crianças e jovens foram totalmente excluídos da educação, tendo a pobreza como o principal obstáculo ao acesso”. A expressão “acesso”, que poderia indicar o caminho à escola, sob a realidade pandêmica, demonstrou um cenário duplamente excludente, ao segregar no modus, presencial e remoto, o estudante à escolarização. No Brasil, a partir do levantamento do Instituto DataSenado, “os resultados indicam que cerca de 20 milhões de estudantes não tiveram aula no mês de julho e que a maioria dos pais cujos filhos tiveram aulas remotas acha que a qualidade do ensino diminuiu”. O diagnóstico, realizado a partir de dados amostrais, além de indicar a fragilidade na oferta de aulas, também apresentou o sentimento de déficit com a qualidade no formato em que o ensino foi ministrado. (SENADO FEDERAL, 2020).

Com sentido ambíguo, o termo ensino remoto empregado no *modus operandi* em tempos de pandemia, passou a ser a representação de ensino remoto para muitos, quando se analisa o alcance e abrangência de sua oferta, repercutindo na ampliação das segregações e distanciamento do ensino, como apontou a pesquisa do Instituto DataSenado.

O ensino remoto, como foi estabelecido, constituiu uma ambivalência de sentidos entre o remoto na forma de operacionalizar e o remoto nas condições de acesso. Fator que remete ao expresso por Saviani (2016) ao denominar a “perversa equação” da educação, onde nem sempre as possibilidades são exequíveis e equânimes, tornando os já excluídos, ainda mais distantes das condições de acesso ao processo de escolarização. É sempre oportuno trazeremos à luz sobre o art.205 da Constituição Federal de 1988, como premissa máxima, referenda a “Educação, direito de todos e dever do Estado e da família”, sem contemplar nenhuma excepcionalidade. Sendo assim, as decisões políticas à mitigar os efeitos da contaminação a partir dos espaços escolares, deveriam basilar pelo ditame constituído na Constituição Federal.

As condições da oferta de ensino remoto, disponibilizadas por órgãos oficiais de governos, passam a representar o que Bourdieu (2014, p.30), ao aprimorar o conceito apresentado por Max Weber quanto ao entendimento de Estado, em que o concebia como “monopólio da violência legítima”, denomina por acréscimo, o Estado como (p.30) “monopólio da violência física e simbólica”. A crise pandêmica, além de expor a fragilidade da condição humana, também evidenciou a nossa deficitária condição de incluir, ou tornar acessível a educação a todos e todas.

O modelo de ensino proposto como remoto, foi pensado distante do ‘chão da escola’, e construído sob a crença no acesso a partir das tecnologias de comunicação, numa visível influência das políticas de econômicas. Com Freitas (2018, p.11), observamos uma “estrutura alargada de influências”, ao condicionar às alternativas ao ensino, às influências de mercados. Em outras palavras, constata-se a influência das corporações nos ditames dos procedimentos na educação, que sem um diálogo com a sociedade, propõe alternativas que visam os interesses de um grupo, que nem sempre, estão em consonância com as possibilidades sociais, concepção essa, que encontra similaridade nas análises de Capella e Brasil, (2015), ao discorrerem sobre os interesses nas formulações de políticas públicas, asseveram:

[...] não basta observar a organização pública encarregada formalmente por sua formulação, implementação e avaliação. Seja uma secretaria, ministério ou agência, as estruturas organizacionais fornecem elementos importantes para a compreensão de uma política, porém pouco revelam sobre o complexo processo de produção de políticas públicas (CAPELLA e BRASIL, 2015, p. 452).

Compreendemos, com base nos autores, ocorrer sob a égide do mercado as adequações ao espaço da sala de aula, ao transportá-la ao campo visual, nas telas de computadores, celulares, *tablets*, sob o condicionante dos que dispõem dos equipamentos; atrelados às linhas de transmissões nos canais digitais de *zoom*, *meet*, *classroom*, para os que possuem o acesso à internet. Para os desprovidos de condições, o ensino ficou remoto, no sentido de distante das possibilidades. Porém, fica a constatação, de uma forma ou de outra, o ensino ficou remoto.

Saviani (2018), ilustra com propriedade uma das características marcantes da educação brasileira, qual seja, a improvisação nas resoluções de problemas, por protelar e fragmentar as medidas contributivas à educação de qualidade, o que gera a equação de (p.25) “precarização geral do ensino no país”. A questão não está em negar a necessidade de priorizar a saúde, tampouco, de estabelecer modus alternativos de acesso ao ensino, o que chama a atenção é não se possibilitar o acesso irrestrito à educação, rompendo as barreiras, que por mais que estejam no espaço virtual, apresentam seus obstáculos. Neste sentido, mais uma vez, Saviani (2016, p.37) irá esclarecer que as tomadas de decisões do Estado visionam “mascarar os objetivos reais por meio dos objetivos proclamados”, como “marca distintiva da ideologia liberal, dada a sua condição tipificada do modo de produção capitalista”, que mesmo diante de uma crise pandêmica exclui os já excluídos, tornando ainda mais longínqua

a educação pública de qualidade para todas e todos.

Palavras-chave: Ensino remoto, Equidade, Segregação

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. <acesso em 30/08/2020>.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*: Cursos no Collège de France (1989-92). Ed. 1º. São Paulo: Companhias das Letras, 2014.

CAPELLA, Ana Cláudia e BRASIL, Felipe Gonçalves. Subsistemas, comunidades e redes: articulando ideias e interesses na formulação de políticas públicas. In: *Revista do Serviço Público*. Brasília. v. 66, nº3, p. 449-474, jul/set 2015.

FREITAS, Luiz Carlos. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SENADO FEDERAL. Secretaria de Transparência/Instituto DataSenado/DF. <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/08/datasenado-para-pais-aulas-remotas-na-pandemia-prejudicaram-educacao>. Publicado em: 12/08/2020. <acesso em 10 de setembro de 2020>.

UNESCO: 40% dos países mais pobres não apoiam estudantes em situação de vulnerabilidade na pandemia. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unesco-40-dos-paises-mais-pobres-nao-apoiam-estudantes-em-situacao-de-vulnerabilidade-na-pandemia/> Publicado em: 23/06/2020 <acesso em 30 de agosto de 2020>

SAVIANI, Dermeval. A defesa da escola pública no Brasil: difícil, mas necessária  
KRAWCZYK, Nora (org.). *Escola pública: tempos difíceis, mas não impossíveis*. Campinas, SP: FE/UNICAMP; Uberlândia, MG: Navegando, 2018.

SAVIANI, Dermeval. A crise estrutural do capitalismo e seus Impactos na educação pública brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei. *Crise capitalista e educação brasileira*. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2016.